

1 ANO p 31

# Prevaleceu o bom senso

ESTADO DE SAO PAULO

PAULO NATHANAEL

8 ABR 1988

A Assembléia Constituinte acaba de definir no projeto de Constituição o sistema de governo para o Brasil: presidencialismo na cabeça. Os 344 votos favoráveis a essa definição não deixam qualquer margem de dúvida sobre a vontade nacional.

Prevaleceu o bom senso. E passou-se um atestado de maturidade política aos votantes, que respeitaram a tradição do País e não se deixaram impressionar pelos argumentos parlamentaristas, todos formulados em torno de abstrações formais da ciência política e de exemplos colhidos em países que nada têm a ver com a realidade brasileira.

Ninguém duvida da superioridade do parlamentarismo sobre o presidencialismo, como sistema de governo. Essa superioridade se patenteia no plano teórico e

partindo da hipótese de uma aplicação pura dos dois modelos. Mas, como se diz por aí, na prática, a teoria é outra. Em artigo publicado, em 17 de outubro de 1987 (Parlamentarismo: do sonho ao feijão), alertávamos para certos requisitos indispensáveis ao sucesso desse sistema: requisitos de cuja ausência o Brasil se resente. E, entre eles destacávamos, principalmente, a falta de partidos programáticos e consolidados, de burocracia estável e profissionalizada, de povo minimamente escolarizado e participante. São esses fatores, entre outros, que fazem o sucesso do parlamentarismo inglês, francês, espanhol, italiano, e, até mesmo, português, frequentemente invocados pelos partidários do sistema, como modelos a serem seguidos pelo Brasil. Ocorre, que não há necessidade de grandes análises, para perceber as diferenças sociais e institucionais que separam esses países do nosso. Enquanto nossa realidade for isso que aí está, o presidencialismo será necessário e insubstituível.

Quanto a dizer-lhe que o sistema de governo tem sido responsável por maior ou menor estabilidade institucional do país, cremos ser uma irresponsabilidade. Nem o presidencialismo, por si só, gera revoluções, golpes, pronunciamentos e crises, nem o parlamentarismo, por sua vez, os evita. Num e noutro sistema há possibilidades iguais de desestabilização política (e para refrescar a memória dos parlamentaristas mais radicais, há que lembrar ter sido exatamente no bojo desse sistema que cresceram os mais hediondos regimes políticos do século XX, como o fascismo e o nazismo). Porque a crise não vem da forma de governo, mas das contradições inerentes ao tipo de sociedade e suas relações de funcionamento.

No Brasil, há que ser parlamentarista na tese e presidencialista na prática, sem que nisso haja qualquer laivo de contradição. Afinal, política é principalmente a arte de viver a realidade, sem bem à luz de ideais ainda não concretizados.